REVISTA DE DIREITO CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL
Nº 50 JAN/MAR/ 2005

Doutrina Nacional

A evoluçaõ do setor do gás no Brasil e sua regulação (do monopólio à abertura) – ARNOLDO WALD

Os poderes do mandato e o *recall* – MARIA GARCIA

Agências reguladoras: a metamorfose do Estado e da Democracia (uma reflexão de Direito Constitucional e Comparado) – JOAQUIM B. BARBOSA GOMES

Regime jurídico dos bens públicos empregados na geração de energia – FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO

A inconstitucionalidade de vedação de fiscalidade jurisdicional no devido processo legislativo brasileiro – ANDRÉ DEL NEGRI

O Estado de direito brasileiro e a quebra no princípio da tripartição dos poderes – MARCELO HARGER

O serviço público sob a perspectiva da garantia constitucional de direitos humanos fundamentais – FERNANDA PEREIRA AMARO

Interpretações implícitas aos limites constitucionais expressos – MURILLO GIORDAN SANTOS

Agência reguladoras : origem e natureza jurídica – LEOPOLDO UBIRATAN CARREIRO PAGOTTO

Os direitos fundamentais e a construção do futuro – GUSTAVO SMIZMAUL PAULINO

Legitimidade do Ministério Público para defesa de interesses individuais homogêneos: sua compreensão a partir da teoria dos poderes implícitos e da interpretação sistemática da Constituição – RICARDO RIBEIRO CAMPOS

O processo de concretização constitucional: limites e possibilidades – NOEL ANTONIO TAVARES DE JESUS

A compreensão jurídica do dever de razoabilidade – CÁSSIO MACHADO CAVALLI

Aplicação imediata e não-retroativa da Emenda Constitucional 28/2000 – GUSTAVO FILIPE BARBOSA GARCIA

Doutrina Internacional

Homologação de sentença estrangeira e execução de carta rogatória no Brasil – CLÁUDIO FINKELSTEIN e MARINA AMARAL EGYDIO DE CARVALHO
Entre a apologia e a utopia: em busca da ética possível – CELSO DE TARSO PEREIRA
Notas sobre o direito constitucional grego – ARNALDO MORAES GODOY
Implicações jurídicas da globalização econômica – DANIELA IKAMA

Pareceres

Estrutura diretiva de Tribunal de Justiça – CLÉRMERSON MERLIN CLÉVE e PAULO RICARDO SCHIER

Jurisprudência na Íntegra

STF – Ação direta de inconstitucionalidade – Lei estadual – Comercialização de armas de fogo – Relevância da fundamentação do pedido em face dos arts. 21, VI e 24, V e parágrafos, da CF – ADIn 2.035-8-RJ – Sessão Plenária – STF – rel. Min. OCTAVIO GALLOTTI
Servidor público – Salário mínimo – Vinculação proibida – Piso de vencimento que diz respeito ao total percebido e não ao básico – Norma constitucional que tem por escopo evitar que interesses estranhos venham a ter influência na fixação do valor m´nimo a ser observado – Inteligência do art. 7.º, IV, da CF – RE 197.072-3/SC – 2.ºT. – STF – rel. Min. MARCO AURÉLIO
TRF – 1º Reg – *Habeas data* – Concurso público – Pedido de exibição de exame psicotécnico realizado no certame para provimento de cargo público – Inadequabilidade da via eleita – Inteligência do art. 5.º, LXXII, *a*, da CF – *Habeas Data* 96.01.27175-9/DF – 1.º T. – TRF-1.º. Reg – rel. Juiz Federal PLAUOTO RIBEIRO
Servidor público – Instituição de ensino – Transferência obrigatória – Incorrência – Ausência de comprovação de posse do cargo público, do ingresso em faculdade ou do prosseguimento em o curso regular – Inteligência da Lei 9.394/96 e do art. 1.º da Lei 9.536/97 – Ap em MS 1998.01.00.019667-7/BA – 1.º T.- TRF-1º. Reg – rel. Juiz Federal LUCIANO TOLENTINO AMARAL